



### INFORMATIVO SEMANAL DE ECONOMIA BANCÁRIA

#### Dados de inflação, atividade e carta do BCB movimentam a semana no Brasil.

- As atenções da semana estarão voltadas para os dados do IPCA de junho, que devem reforçar os sinais de uma dinâmica um pouco mais benigna do processo inflacionário no país. O IBGE divulga o índice na quinta (10), com o mercado projetando alta de 0,20% no mês, menor variação dos últimos 4 meses. O resultado deve refletir a deflação dos preços dos alimentos consumidos no domicílio, beneficiados pela sazonalidade positiva do período, e dos combustíveis, diante da redução dos preços às distribuidoras pela Petrobras. Na outra direção, o principal vetor de alta deve vir da energia elétrica, em função do acionamento da bandeira vermelha nível 1, devido as condições hidrológicas desfavoráveis. Apesar da variação contida no mês, o indicador deve ficar relativamente estável em 12 meses, em 5,30% (ante 5,32%). Vale lembrar que, com a adoção da nova sistemática de apuração do regime de metas de inflação ("meta contínua") no país desde janeiro, o resultado de junho marcará o sexto mês consecutivo em que a inflação acumulada em 12 meses se mantém acima do limite superior do intervalo de tolerância da meta (4,50%), exigindo que o BCB publique, além de uma nota no próximo Relatório de Política Monetária, uma carta aberta ao Ministério da Fazenda explicando as razões para o desvio e as medidas para reconduzir a inflação ao intervalo da meta.
- Também no cenário inflacionário, o IGP-DI de junho seguiu mostrando acomodação dos preços no atacado. A FGV divulgou o índice hoje (7) cedo, que apresentou deflação de 1,80% no mês, a segunda seguida. O recuo refletiu, principalmente, a queda dos preços itens agropecuários no atacado (-3,83%), que têm se beneficiado do avanço das safras, da apreciação cambial e do recuo dos preços das *commodities* no mercado internacional. No acumulado em 12 meses, o índice desacelerou de 6,27% para 3,83%.
- A semana também traz os números de maio do varejo e do setor de serviços, que devem apontar uma demanda interna ainda resiliente, mas com sinais de moderação no 2º trimestre. O resultado das vendas no varejo será conhecido na terça (8), com projeção de alta de 1,0% no mês, devolvendo apenas parte da queda observada em abril (-1,9%), deixando ainda um carrego negativo para o 2º trimestre, de -0,4%. Já o desempenho do setor de serviços será divulgado na sexta (11), com expectativa de uma modesta alta de 0,2% em maio. Apesar de contida, essa pode ser a quarta alta seguida do setor, deixando um carrego positivo de 0,9% para o setor no 2º trimestre.
- No cenário internacional, o prazo imposto por Donald Trump para negociações dos acordos comerciais chegará ao fim. O presidente dos EUA suspendeu as "tarifas recíprocas" por 90 dias, até 9 de julho. Trump já avisou que, para os países que não chegaram a um acordo com os EUA, anunciará nesta semana quais serão as respectivas alíquotas, que poderão variar de 10% até 70%, com validade a partir de 1 de agosto.
- Na agenda internacional de indicadores, destaque para a ata da última reunião do Fed, que será conhecida nesta quartafeira (9). O documento trará mais detalhes sobre a decisão da autoridade monetária que manteve juros inalterados no intervalo
  entre 4,25% e 4,50% aa pela quarta reunião seguida. O documento deve explorar potenciais divergências entre os membros da
  diretoria do Fed, que tem se acentuado publicamente nas últimas semanas, diante de um quadro de alguma desaceleração
  econômica no país, inclusive do consumo das famílias, e também da inflação, ainda que acima da meta, com os riscos inflacionários
  associados às tarifas comerciais. E, com isso, entender quais devem ser os próximos passos do Fed (e com que grau de consenso
  no Comitê). Por enquanto, os agentes precificam dois cortes de 0,25 pp nos Fed Funds até o fim do ano, em linha com projeções do
  próprio Fed. A agenda da semana nos EUA também traz dados de estoques no atacado e o crédito ao consumidor referentes ao
  mês de maio.
- Na China, serão conhecidos os índices de preços de junho nesta terça (8), que devem seguir com viés deflacionário. A inflação ao consumidor (CPI) deve seguir em deflação, de 0,1% nos 12 meses finalizados em junho, que caso se confirme, será o quinto mês seguido em queda. Na mesma direção, os preços ao produtor (PPI) devem seguir em território deflacionário ainda mais aprofundado (-3,2%), reforçando os sinais de baixo dinamismo da demanda interna no país.





# INDICADORES DA SEMANA

### **NACIONAL**

Data	Indicadores Nacionais	Período de Referência	Consenso de Mercado	Anterior
07/jul	FGV: IGP-DI	Jun/25	-1,85% m/m 3,78% a/a	-0,85% m/m 6,27% a/a
07/jul	Anfavea: Produção de Veículos	Jun/25	-	28,8% a/a
08/jul	IBGE: Pesquisa Mensal de Comércio (PMC)	Mai/25	1,0% m/m 2,1% a/a	-1,9% m/m 0,8% a/a
10/jul	IBGE: IPCA	Jun/25	0,20% m/m 5,30% a/a	0,26% m/m 5,32% a/a
11/jul	IBGE: Pesquisa Mensal de Serviços (PMS)	Mai/25	0,2% m/m 3,6% a/a	0,2% m/m 1,8% a/a

Fonte: Bloomberg.

### INTERNACIONAL

Data	País ou Região	Indicadores Internacionais	Período de Referência	Consenso de Mercado	Anterior
07/jul	Zona do Euro	Vendas no varejo	Mai/25	-0,6% m/m	0,1% m/m
08/jul	EUA	Crédito ao consumidor	Mai/25	US\$ 10,5 bi	US\$ 17,9 bi
08/jul	China	Inflação ao Consumidor (CPI)	Jun/25	-0,1% a/a	-0,1% a/a
08/jul	China	Inflação ao Produtor (PPI)	Jun/25	-3,2% a/a	-3,3% a/a
09/jul	EUA	Estoques no atacado	Mai/25	-0,3% m/m	0,2% m/m
09/jul	EUA	Ata da última reunião do Fomc/Fed	18/jun/25	-	-

Fonte: Bloomberg.



#### ÚLTIMOS ACONTECIMENTOS

#### INDICADORES ECONÔMICOS

### Indústria traz novos sinais de perda de tração, mas mercado de trabalho segue resiliente

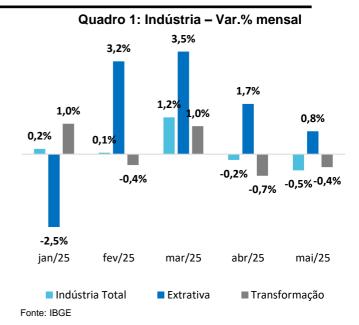
A produção industrial caiu 0,5% em maio, aprofundando a queda registrada em abril (-0,2%; dado revisado de +0,1%). O resultado veio em linha com o esperado pelo mercado e reforçou os sinais de moderação da indústria e da economia no 2º trimestre.

O desempenho negativo foi disseminado entre os segmentos. A indústria de transformação voltou a ser o principal vetor de queda, com retração de 0,4% no mês. Das 25 atividades analisadas, 13 recuaram, com destaque para a fabricação de veículos (-3,9%), derivados do petróleo (-1,8%), produtos alimentícios (-0,8%) e bebidas (-1,8%). Entre as grandes categorias, os números de maio também mostraram arrefecimento nas atividades mais cíclicas. As produções de bens de capital (-2,1%) e de consumo duráveis (-2,9%) mostraram intensas retrações, enquanto a produção de bens semi e não duráveis recuou 1,0%. Apenas os bens intermediários escaparam da queda, com alta marginal de 0,1%, sustentada pelo desempenho da indústria extrativa. De fato, o segmento extrativo segue como o principal *driver* da indústria, avançando pelo 4º mês consecutivo e acumulando crescimento de 9,4% no período, sustentada pelo avanço da indústria de petróleo e gás, menos sensível ao ciclo econômico doméstico.

Essa dinâmica se reflete na herança estatística deixada para o 2º trimestre. Enquanto o setor extrativo carrega uma expansão de 5,6%, a indústria de transformação aponta queda de 0,5%. Com isso, o índice agregado da indústria apresenta um *carry over* positivo de apenas 0,3%, dado o maior peso da indústria de transformação, após relativa estabilidade nos trimestres anteriores.

Portanto, os dados sugerem que o crescimento da economia no 2º trimestre deve mostrar alguma moderação e seguir concentrado nos segmentos menos sensíveis ao ciclo econômico, dado que os setores mais dependentes da demanda interna mostram algum arrefecimento.

No mercado de trabalho, os números do setor formal apontaram que o segmento segue aquecido, embora um pouco abaixo das expectativas. Após a taxa de desemprego (PNAD) atingir a mínima da série no trimestre encerrado em maio, o Caged apontou criação líquida de 149,0 mil vagas formais no mês, acima do observado em mai/24 (139,6 mil), mas abaixo do esperado (176,0 mil). Descontados os efeitos sazonais, o saldo foi de 129,5 mil vagas no mês, mostrando alguma desaceleração ante o dado de abril (+180,6 mil), mas ainda em bom patamar.

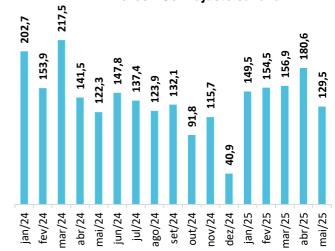


Quadro 2: Indústria – Var.% trimestral
5,6%

1,1% 1,1%
0,4%
0,3%
0,2%
0,0%
0,0%
0,3%
-0,5%

3T24
4T24
1T25
2T25 - Carry
Over
Indústria Total
Extrativa
Transformação

Quadro 3: Geração Líquida de Vagas Formais Em milhares - Com ajuste sazonal\*



Fonte: Caged. \*Elaboração: Febraban

Fonte: IBGE



Todos os grandes setores registraram saldo positivo no mês, com destaque para o comércio (23,2 mil; ante 8,7 mil) e a indústria (21,6 mil; ante 18,6 mil), que mostraram geração de vagas superior ao registrado em maio de 2024. Com o resultado, o mercado de trabalho formal superou a marca de 1,05 milhão de vagas criadas no ano, mantendo o ritmo de contratação muito próximo ao observado em 2024 (1,1 mi), que foi bastante positivo. Assim, o setor formal continua apresentando números positivos, embora tenha mostrado sinais incipientes de moderação na margem.

No campo fiscal, o Banco Central divulgou que o setor público consolidado registrou um déficit primário de R\$ 33,7 bilhões em maio, melhor do que o registrado no mesmo mês do ano passado (R\$ -63,9 bi). O resultado foi pressionado pelo déficit do governo central, no valor de R\$ 37,4 bi, devido ao pagamento de parcela relevante do 13º salário aos aposentados e pensionistas do INSS no período. Contudo, o resultado foi melhor do que o apresentado em maio de 2024 (R\$ -60,8 bi), quando também foi impactado pela calamidade climática no Rio Grande do Sul (abertura de crédito extraordinário e postergação do recebimento de impostos). As empresas estatais também registraram déficit, de R\$ 0,9 bi (ante R\$ -2,0 bi em mai/24), enquanto os governos estaduais e municipais registraram um superávit de R\$ 4,5 bi, revertendo o déficit de R\$ 1,1 bi observado no mesmo período do ano passado. No acumulado em 12 meses, o resultado primário ficou positivo em R\$ 24,1 bi (0,20% do PIB), após 23 meses de déficits, embora a expectativa seja de um retorno ao terreno negativo no segundo semestre.

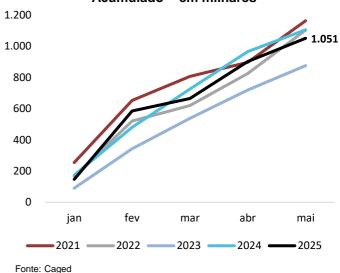
Já os gastos com juros ficaram em R\$ 92,1 bi no mês, acumulando R\$ 946,1 bi (7,8% do PIB) em 12 meses, mantendo o déficit nominal em patamar bastante elevado, em R\$ 922,0 bi ou 7,6% do PIB.

Por fim, a dívida bruta subiu 0,2 pp no mês e atingiu 76,1% do PIB. A expectativa, segundo o Boletim Focus, é que encerre o ano próxima a 80% do PIB, conforme o resultado primário volte ao patamar negativo, enquanto os gastos com juros sigam elevados durante todo o ano.

A balança comercial, por sua vez, registrou superávit de US\$ 5,9 bilhões em junho, se mantendo abaixo do observado no mesmo período de 2024 (US\$ 6,3 bi), com resiliência das importações e baixo crescimento das exportações.

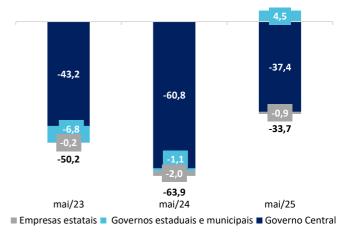
As exportações somaram US\$ 29,1 bi no mês, uma modesta alta de 1,4% ante jun/24, penalizada pela queda de 4,1% dos preços, anulando praticamente toda alta do *quantum* vendido (+6,1%). A queda dos preços é mais intensa na indústria extrativa, em itens relevantes, como petróleo (-15,2%) e minério de ferro (-16,7%).

Quadro 4: Geração Líquida de Vagas Formais Acumulado – em milhares



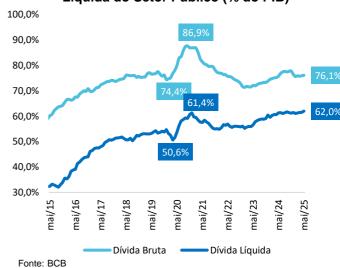
Quadro 5: Resultado Primário do Setor Públic

Quadro 5: Resultado Primário do Setor Público Consolidado (por componente) - Em R\$ bi



Fonte: BCB

Quadro 6: Dívida Bruta do Governo Geral e Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB)



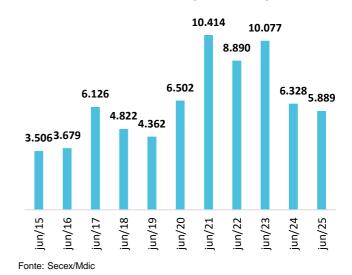


Já as importações cresceram 3,8% na mesma base de comparação, atingindo US\$ 23,3 bi no mês. O crescimento do *quantum* importado segue em ritmo razoável (+5,8%), mas também é compensado parcialmente pela queda dos preços (-1,1%). A alta do *quantum* foi disseminada dentre as diversas categorias, indicando uma demanda interna ainda resiliente.

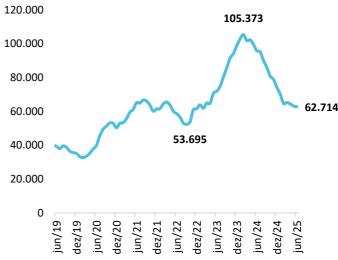
No acumulado do ano, a balança comercial atingiu um superávit de US\$ 30,1 bi, ante US\$ 41,6 bi no mesmo período de 2024. Enquanto as exportações estão praticamente estáveis (-0,7%), as importações avançam 8,3%. No acumulado em 12 meses, o saldo atingiu US\$ 62,7 bi, menor valor desde fev/23 (US\$ 61,8 bi).

Portanto, a queda dos preços das principais *commodities* exportadas pelo país tem limitado um avanço maior das exportações. Adicionalmente, o volume importado segue crescendo em um ritmo razoável, sugerindo certa resiliência da demanda interna. Com isso, o saldo comercial de 2025 deve ficar abaixo do registrado em 2024 (US\$ 74,2 bi).

Quadro 7: Balança Comercial – Saldo Comercial nos Meses de Junho (Em US\$ mi)



Quadro 8: Balança Comercial – Saldo acumulado em 12 meses - Em US\$ mi



Fonte: Secex/Mdic



#### Indicadores Econômicos - Cenário Internacional

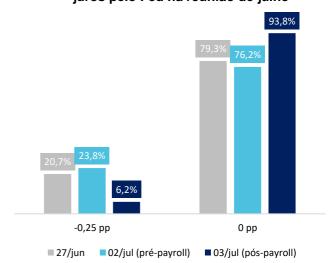
#### Payroll forte impulsiona bolsas e apaga chance de corte de juros pelo Fed em julho

Os principais índices acionários dos EUA voltaram a subir na semana. com o S&P 500 e o Nasdaq atingindo novos recordes, diante da percepção que o mercado de trabalho do país segue sólido, afastando os temores de uma desaceleração mais intensa da economia norteamericana. Como consequência, os agentes praticamente descartaram um corte dos juros na reunião de julho do Fed, voltando a precificar 2 cortes de 0,25 pp no ano, ante apostas de que poderia haver 3 cortes ainda em 2025, diante de dados mais fracos de consumo das famílias na semana passada. Tal cenário levou a uma alta generalizada na curva de rendimentos das Treasuries na semana. Quanto à política comercial, Donald Trump afirmou que os países receberão até o dia 09 de julho cartas informando o nível da alíquota de importação, que passarão a valer a partir de 1º de agosto. Com isso, alguns tem se apressado em fechar acordos com os EUA, como no caso do Vietnã, cujas negociações estão praticamente encerradas. No âmbito fiscal, houve a aprovação da "One Big Beautiful Bill Act" de Trump no Congresso, pacote que inclui cortes de impostos, mudanças nos incentivos de energia limpa e fundos para o combate à imigração ilegal. O órgão independente Congressional Budget Office (CBO) dos EUA estima que o projeto adicionará de US\$ 2,4 a US\$ 3,3 trilhões em dívida para o país nos próximos 10 anos.

Quanto aos dados, o payroll registrou a criação de 147 mil vagas em junho, acima do esperado pelo mercado (113 mil) e em linha com os números de abril e maio, que foram revisados para cima. De todo modo, o resultado foi impulsionado pelas contratações no governo (+73 mil) e na área de saúde (+59 mil), enquanto setores mais cíclicos, como a manufatura viu o número de vagas cair em 3 mil. Com isso, a taxa de desemprego desafiou o consenso e caiu para 4,1%, ante 4,2% no mês anterior e expectativa que subisse para 4,3%. Porém, neste caso, a queda do desemprego também decorreu da redução da força de trabalho. Outro dado considerado positivo foi o alívio nos ganhos salariais, cuja alta atingiu 3,7% em 12 meses, menor valor desde jul/24. Assim, os dados dão suporte à postura do Fed de aguardar mais dados (wait-and-see) para voltar a reduzir os juros.

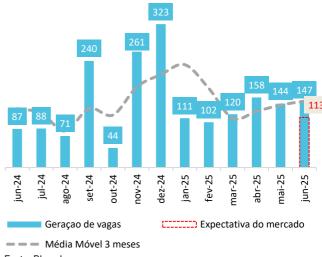
Na Zona do Euro, a prévia de junho da inflação ao consumidor (CPI) veio em linha com o esperado e subiu 0,3% no mês. Em 12 meses, o CPI acelerou ligeiramente e atingiu 2,0% aa, em linha com a meta do BCE. Já as leituras finais dos índices PMIs de junho mostraram alguma melhora da atividade da região, embora o indicador da manufatura continue em terreno contracionista há quase 3 anos.

Quadro 9: Evolução da probabilidade de redução dos juros pelo Fed na reunião de julho



Fonte: CME Group

Quadro 10: EUA - Geração de Vagas de Emprego **Em milhares** 



Fonte: Bloomberg

Quadro 11: Zona do Euro - Inflação ao Consumidor (CPI) - Var. % a/a





### Pesquisa Febraban de Economia Bancária e Expectativas

#### CRÉDITO / BANCOS

## Projeção de crescimento para o crédito em 2025 sobe para 8,7%

A Pesquisa Febraban de Economia Bancária, realizada com 21 bancos entre 25 e 30 de junho, captou uma melhora na expectativa de crescimento da carteira de crédito total em 2025, que atingiu 8,7% (ante 8,5% na pesquisa de maio). Ainda assim, apesar da revisão positiva, a perspectiva segue de alguma desaceleração do crescimento do crédito ao longo do ano, considerando que a alta anual registrada em maio foi de 11,8%.

O resultado refletiu uma leve alta esperada tanto no crédito direcionado como com recursos livres. A revisão mais relevante ocorreu no crédito PJ com recursos direcionados, cuja expansão projetada passou de 9,1% para 10,1%, refletindo especialmente os programas públicos de crédito (PEAC-FGI), que levaram a uma alta relevante da carteira no primeiro semestre. No crédito Direcionado PF, a expansão esperada atingiu 9,1% (ante 8,9%). Com isso, a projeção de alta da carteira de crédito Direcionada ficou em 9,3% (ante 9,1%).

Já a expectativa de crescimento da carteira com recursos livres atingiu 8,2% (ante 8,1%), puxada pela expectativa de expansão do crédito destinado às famílias (9,5%, ante 9,1%), que tem mostrado uma boa resiliência, em um cenário marcado pelo mercado de trabalho ainda aquecido. A alta foi parcialmente compensada por uma queda no desempenho esperado para o

crédito livre PJ (6,1%, ante 6,4%), que tem apresentado menor dinamismo, em função da concorrência enfrentada com as operações direcionadas e o mercado de capitais.

A trajetória da taxa de inadimplência segue como um ponto de atenção. A projeção do indicador para a carteira com recursos livres atingiu 5,0% (ante 4,7% na pesquisa anterior), praticamente o mesmo patamar estimado para 2026 (4,9%). Em maio, o Banco Central reportou que a inadimplência da carteira livre foi de 4,9%, indicando a expectativa de alguma estabilidade a partir de então.

A pesquisa também captou alta na expansão projetada para o crédito em 2026, que passou de 7,6% para 7,9%. Na comparação com a pesquisa anterior, a revisão positiva foi observada tanto na carteira livre (de 7,1% para 7,5%), como direcionada (de 8,5% para 8,7%).

Portanto, os números positivos observados até o momento levaram a uma ligeira revisão para cima nas projeções para o crédito neste ano. Destaque para a carteira PJ Direcionada, em função do aumento de recursos no programa PEAC-FGI, assim como na carteira Livre PF, que segue com bom crescimento, refletindo o mercado de trabalho ainda aquecido. De toda forma, ainda se espera alguma acomodação do segmento no segundo semestre, diante do nível bastante restritivo da política monetária.

O Quadro 12 apresenta o resultado consolidado da pesquisa atual e o comparativo com o obtido na pesquisa anterior.

Quadro 12: Projeção Média para o Crescimento da Carteira de Crédito (Pesquisa Febraban de Economia Bancária)

Projeções para Saldo de Crédito e Inadimplência (média entre as instituições)		25	2026	
		Pesquisa Jun/25	Pesquisa Mai/25	Pesquisa Jun/25
Carteira Total (var. % – total do SFN)	8,5	8,7	7,6	7,9
Recursos Livres (var. % – total do SFN)	8,1	8,2	7,1	7,5
Crédito Livre para Pessoas Jurídicas (var. % – total do SFN)	6,4	6,1	6,4	6,5
Crédito Livre para Pessoas Físicas (var. % – total do SFN)	9,1	9,5	7,5	8,2
Recursos Direcionados (var. % – total do SFN)	9,1	9,3	8,5	8,7
Crédito Direcionado para Pessoas Jurídicas (var. % – total do SFN)	9,1	10,1	8,5	9,1
Crédito Direcionado para Pessoas Físicas (var. % – total do SFN)	8,9	9,1	8,4	8,6
Taxa de Inadimplência - % da Carteira Livre (acima de 90 dias, fim de período)	4,7	5,0	4,7	4,9

Fonte: Pesquisa Febraban de Economia Bancária



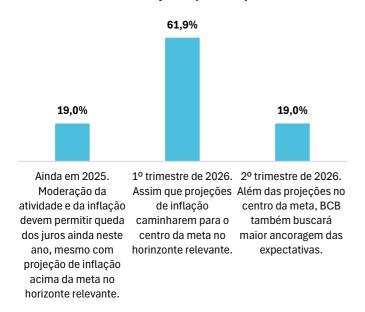
#### Pesquisa Febraban de Economia Bancária e Expectativas

Em relação à percepção dos participantes sobre a economia brasileira e internacional, os principais pontos captados pela Pesquisa Febraban de Expectativas foram:

- A grande maioria dos entrevistados (76,2%) avaliou como adequada a decisão do Copom de pausar o ciclo de elevação da taxa Selic, após alta de 0,25 pp na última reunião. O restante (23,8%) entende que a elevação da taxa poderia ter sido evitada.
- A maior parte dos analistas consultados (61,9%) espera que o início do ciclo de flexibilização monetária comece no 1T26, conforme as projeções de inflação do BCB se aproximarem de 3,0% no horizonte relevante da política monetária. Assim, a mediana captada pela Pesquisa projeta manutenção da taxa Selic em 15,00% aa até o fim do ano, com uma redução de 0,25 pp, para 14,75% aa, na 1ª reunião de 2026.
- Quanto à atividade, não há uma maioria absoluta. Para 42,9%,
  o PIB deve crescer em torno de 2,2% no ano, em linha com o
  consenso atual. Os demais se dividem igualmente (28,6%)
  entre os que esperam um desempenho superior ou inferior ao
  consenso, indicando ausência de um viés claro nas atuais
  projeções de PIB do mercado.

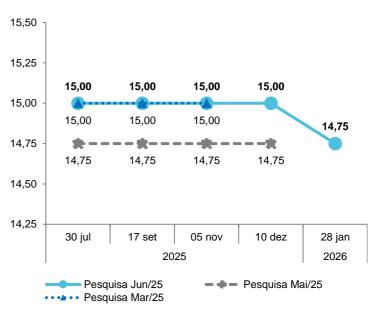
- Com relação à inflação, 71,4% dos entrevistados esperam que o IPCA encerre 2025 entre 5,00% e 5,50%, percentual ligeiramente abaixo do captado na pesquisa de maio (77,3%). No entanto, diferentemente da pesquisa anterior, agora os demais entrevistados (28,6%) esperam uma inflação abaixo de 5,0% no final do ano, e não acima, confirmando a percepção de alguma melhora no cenário inflacionário de curto prazo.
- Quanto à política monetária dos EUA, 52,4% dos participantes acreditam que o Fed deve realizar dois cortes de 0,25 pp até o fim de 2025, em resposta à desaceleração da atividade. Para 38,1%, o Fed deve realizar apenas um corte desta mesma magnitude no ano.
- Para acessar o resultado completo da pesquisa, clique aqui.

Quadro 13: Expectativa de início do ciclo de corte de juros pelo Copom



Fonte: Pesquisa Febraban de Economia Bancária

Quadro 14: Projeção (mediana) para a Taxa Selic para as próximas reuniões do Copom



Fonte: Pesquisa Febraban de Economia Bancária



#### The Banker **Top 1.000 World Banks 2025**

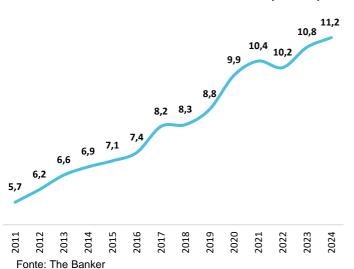
#### CRÉDITO / BANCOS

A partir desta semana iniciaremos uma série de análises com base nas informações disponibilizadas pela revista The Banker, publicação associada ao jornal Financial Times, que divulgou na última quarta-feira (2) o ranking Top 1000 World Banks 2025, com dados referentes ao ano de 2024. A publicação leva em consideração o volume de Capital Nível 1 (Tier 1) em US\$ dos maiores conglomerados financeiros do mundo (seguindo os critérios de capital do Comitê de Basileia), que é formado pelo capital social dos bancos (ações ON e PN), lucros acumulados, reservas de capital e instrumentos subordinados adequados à regulação (títulos perpétuos). Tal parcela do capital é responsável por assegurar de forma mais efetiva a solvência da instituição financeira. A base de dados total é composta por mais de cinco mil bancos. Os dados das filiais dos bancos com capital estrangeiro são considerados em sua matriz. Por exemplo, as informações do Santander Brasil são consolidadas na Espanha.

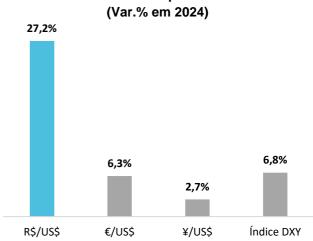
Nesta semana, avaliamos os dados de Capital Nível 1, que é a principal métrica do ranking, com análises por bancos, países e regiões. Outros temas, como rentabilidade e desempenho da carteira de crédito, por exemplo, serão abordados nas próximas edições do boletim. De forma geral, a revista destacou que o ano de 2024 foi bastante fragmentado para o setor bancário, uma vez que o desempenho e desafios dos principais bancos do mundo dependeram das peculiaridades dos mercados domésticos, sem uma direção única para o setor. Diferente de 2023, que foi marcado por taxas de juros elevadas nas principais economias globais, o que levou a movimentos mais homogêneos entre os maiores bancos. Em relação a 2024, a revista The Banker destacou o resultado tímido dos bancos chineses e europeus, em contraste com o bom desempenho dos bancos norte-americanos. Especificamente, a publicação mencionou os resultados positivos observados pelos bancos de investimento norte-americanos que aproveitaram o otimismo no mercado de capitais que cercou a eleição de Donald Trump (período conhecido como excepcionalismo americano). Entretanto, o otimismo observado em 2024 tem se reduzido em 2025, diante das incertezas envolvendo a politica comercial e fiscal no país, além das tensões geopolíticas.

Em 2024, o Capital Nível 1 agregado dos 1000 maiores bancos do mundo atingiu US\$ 11,2 tri, subindo 2,9% ante o ano anterior (US\$ 10,8 tri), conforme o Quadro 15. Apesar do indicador ter subido pelo 2º ano seguido, a expansão ficou abaixo da média dos últimos 10 anos (+5,1%). Como os dados são mensurados em dólar, a variação cambial tem efeitos relevantes na análise. Em 2024, o dólar se apreciou ante as principais moedas, com o índice DXY (cesta de moedas de países avançados)\* subindo 6,8% no período, por exemplo. No Brasil, o fenômeno foi ainda mais intenso, com uma alta do dólar de 27,2% no ano. Com isso, a variação cambial limita o crescimento dos valores reportados pelos demais países, especialmente em países (regiões) onde as moedas se depreciaram, como o real, e, em menor magnitude, o euro (6,3%) e a moeda chinesa (2,7%), conforme Quadro 16.

Quadro 15: Evolução do volume de Capital Nível 1 dos 1000 maiores bancos do mundo (US\$ tri)



Quadro 16: Desempenho do dólar



Fonte: Bloomberg. \*Índice DXY é composto por uma cesta das 6 principais moedas do mundo: euro, iene japonês, libra esterlina, dólar canadense, coroa sueca e franco suíço.



O ranking por país, segue dominado pela China, que ocupa as quatro primeiras colocações e seis posições do Top 10. O líder pelo 13º ano consecutivo foi o Industrial and Commercial Bank of China (ICBC), com um volume de Capital Nível 1 de US\$ 541,0 bi, alta de 3,4% no ano. Para efeito de comparação, o volume de capital do banco é quase o dobro do maior banco dos EUA, o JP Morgan, que seguiu na 5ª colocação. Além do JP, outros três bancos dos EUA (BofA, Citi e Wells Fargo) seguem entre os 10 maiores do mundo. Com isso, a Europa não possui nenhum banco entre os 10 maiores do mundo pelo segundo ano consecutivo, com o britânico HSBC permanecendo na 11ª colocação.

Quadro 17: Ranking por Capital Nível 1 - Top 10 e Bancos Brasileiros

Ranking		Banco		Capital Nível 1		
2024	2023	BallCO	País	US\$ mi	Var. %	
1	1	Industrial and Commercial Bank of China	China	541.021	3,4%	
2	2	China Construction Bank Corporation	China	455.401	3,4%	
3	3	Agricultural Bank of China	China	422.173	4,8%	
4	4	Bank of China	China	378.532	5,2%	
5	5	JP Morgan Chase & Co	US	294.881	6,3%	
6	6	Bank of America	US	223.458	0,1%	
7	7	Citigroup	US	174.527	1,2%	
8	10	China Merchants Bank	China	164.862	11,3%	
9	9	Bank of Communications	China	156.253	3,1%	
10	8	Wells Fargo & Co	US	152.866	-4,4%	
68	59	Itau Unibanco Holding	Brazil	33.311	-12,9%	
81	69	Banco do Brasil	Brazil	27.381	-15,3%	
99	85	Banco Bradesco	Brazil	20.135	-22,3%	
105	95	Caixa Economica Federal	Brazil	19.388	-12,3%	
200	190	Banco BTG Pactual	Brazil	9.103	-4,9%	
357	272	Banco Safra	Brazil	4.367	-25,1%	
440	508	Nubank	Brazil	3.250	35,6%	
689	-	Banco XP	Brazil	1.516	-	
691	653	Banco do Estado do Rio Grande do Sul	Brazil	1.496	-7,0%	
742	681	Banco Daycoval	Brazil	1.304	-11,8%	
814	770	Banco Cooperativo Sicredi	Brazil	1.053	-11,8%	
819	769	Banco da Amazonia	Brazil	1.039	-13,1%	
881	886	Sicoob	Brazil	888	4,3%	
892	745	Banco Inter	Brazil	850	-33,0%	
958	-	Banco Master	Brazil	739	-	
960	-	Banco C6	Brazil	737	-	

Fonte: The Banker

Com relação aos bancos brasileiros, o país passou a ter 16 IFs listadas entre as 1.000 maiores, ante 14 no ano anterior, resultado da entrada de três instituições na lista: XP (689º da lista), Master (958º) e C6 (960º). Enquanto isso, o Banco do Nordeste deixou o ranking. Neste caso, parece se tratar de algum caso de falta de informação, uma vez que o banco ocupava a 520ª colocação no ranking de 2024 e apresentou, segundo dados do BCB, um Capital Nível 1 de R\$ 14,6 bi, o equivalente a cerca de US\$ 2,4 bi, o que deixaria a instituição na 532ª posição deste ano. Contudo, a forte desvalorização do real frente ao dólar, que saiu de R\$/US\$ 4,86 no fim de 2023 para R\$/US\$ 6,18 no final do ano passado, afetou de forma bastante negativa a performance dos bancos brasileiros no ranking deste ano, com a maior parte dos bancos perdendo posições. O Itaú Unibanco segue como líder com US\$ 33,3 bi de Capital Nível 1, mas caindo da 59ª para a 68ª posição, seguido por Banco do Brasil (81ª; ante 69ª) e Bradesco (99ª; ante 85ª) entre os 100 primeiros. A Caixa deixou de figurar entre os 100 maiores, passando da 95ª para 105ª posição. A exceção veio de Nubank (440º, ante 508º) e Sicoob (881º, ante 886º) que ganharam posições na lista.

Avaliando o ranking por região (Quadro 18), a Ásia e Pacífico segue na liderança, respondendo por metade (50,2%) do Capital Nível 1 da lista, com 384 instituições entre as mil maiores e alta de 4,1% do volume de capital ante 2023, acima da média global (+2,9%). O resultado foi puxado pelo setor bancário chinês, cujo volume de capital subiu 5,3% no período, atingindo 33,5% do total. O país passou a contar com 143 bancos no ranking, um a mais em relação a 2023. Ainda na Ásia, a Índia também se destacou, com um crescimento de 14,0% do volume de capital no ano, se consolidando na 7ª posição geral (participação de 2,8%).



A Europa Ocidental aparece em 2º lugar, com 20,9% do capital total e 210 IFs na lista, com queda de 2,5% do volume de capital no ano. Já a América do Norte viu seu capital aumentar 4,9%, representando 19,8% do capital global, com 207 bancos na lista. Os EUA puxam o resultado da região, com alta de 5,0% no volume de capital (representando 16,9% do total) e atingindo 192 IFs no ranking das 1.000 maiores, ante 189 na lista anterior.

Na América do Sul, o desempenho ficou abaixo das demais regiões, com o Capital Nível 1 ficando estável (-0,3%) no período, puxado para baixo pelo Brasil (-13,5%), com impacto da desvalorização cambial já citada anteriormente. Mesmo assim, a participação no volume total de capital da amostra ficou estável em 1,9%, contando com 41 bancos na lista, contra 39 no ranking do ano anterior.

O Quadro 19 traz a evolução da participação dos bancos do Brasil no ranking desde 2012. Como mencionado anteriormente, o país teve 16 IFs na lista, maior número desde 2014. Mesmo assim, o país voltou a perder representatividade, atingindo apenas 1,1% no volume de Capital da amostra, voltando a se aproximar do nível observado logo após a pandemia (1,0% em 2020 e 2021). O Brasil também piorou no ranking geral, saindo da 15ª para a 17ª colocação, ultrapassado por Arábia Saudita (14º) e Holanda (16ª).

Quadro 18: Ranking por Capital Nível 1 Regiões e Países

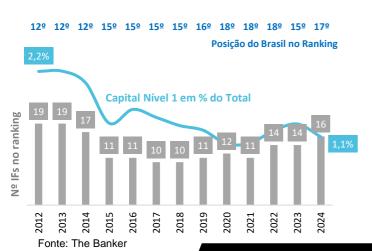
Região/País	Nº de bancos	Posição do País	Capital Nível 1 em US\$ bi	Var. %	% do Capital Total
Ásia e Pacífico	384		5.600,1	4,1%	50,2%
China	143	1º	3.741,3	5,3%	33,5%
Japão	80	3º	558,7	1,3%	5,0%
Índia	29	7º	308,9	14,0%	2,8%
Coreia do Sul	12	12º	183,3	-17,2%	1,6%
Europa	210		2.330,6	-2,5%	20,9%
França	6	4º	479,6	-1,9%	4,3%
Reino Unido	22	5º	401,5	-1,1%	3,6%
Espanha	14	8º	236,3	-0,7%	2,1%
Suíça	33	9º	219,1	-4,7%	2,0%
Alemanha	23	10⁰	212,0	-4,1%	1,9%
América do Norte	207		2.209,4	4,9%	19,8%
EUA	192	2º	1.883,5	5,0%	16,9%
Canadá	12	6º	316,2	4,4%	2,8%
Oriente Médio	64		480,9	10,6%	4,3%
América do Sul	41		208,6	-0,3%	1,9%
Brasil	16	17º	126,6	<b>-13</b> ,5%	1,1%
Chile	6	43⁰	20,2	0,2%	0,2%
Europa Leste e Central	32		174,7	-3,6%	1,6%
Rússia	13	18⁰	118,4	<del>-8</del> ,2%	1,1%
África	28		84,9	8,3%	0,8%
África do Sul	6	32º	43,5	10,1%	0,4%
América Central	20		42,4	1,7%	0,4%
México	9	40⁰	26,2	-1,9%	0,2%
Ásia Central	7		13,4	20,4%	0,1%
Caribe	7		8,2	22,1%	0,1%
Total	1.000		11.153,2	2,9%	100%

Fonte: The Banker

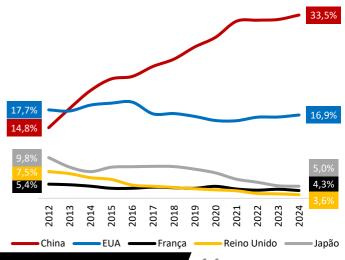
Por fim, o Quadro 20 traz a evolução da importância relativa de alguns países selecionados. Nota-se que após o forte aumento da representatividade do setor bancário da China entre 2012 a 2021, o país viu tal movimento perder força, diante dos desafios econômicos que tem enfrentado. Ainda assim, já representa um terço do capital das 1000 maiores. Em seguida aparecem os bancos dos EUA (16,9%), cuja participação tem se mantido estável, enquanto os bancos japoneses e europeus seguem perdendo espaço.

Quadro 19: Participação do Brasil no ranking (Capital Nível 1 em % do total)

2012 2013 2014 2015 2016 2017 2018 2019 2020 2021 2022 2023 2024



### Quadro 20: Participação dos países no ranking (Capital Nível 1 em % do total)



TT





FOCUS - Indicadores	2025				2026			
Selecionados	27/06/25	27/06/25	06/06/25	Viés	27/06/25	27/06/25	06/06/25	Viés
IPCA (%)	5,18	5,20	5,44	▼	4,50	4,50	4,50	↔
PIB (% de crescimento)	2,23	2,21	2,18	<b>A</b>	1,86	1,87	1,81	•
Meta Selic - fim do ano (% a.a.)	15,00	15,00	14,75	<b>↔</b>	12,50	12,50	12,50	•
Taxa de Câmbio - fim do ano (R\$/US\$)	5,70	5,70	5,80	<b>↔</b>	5,75	5,79	5,89	<b>↔</b>

Fonte: Banco Central do Brasil.

Indicate and Manager	0.4/07/05					
Indicadores do Mercado	04/07/25	Na semana	No mês	No ano	12 meses	
NACIONAL						
Taxa de câmbio (R\$/US\$)	5,42	-1,20%	-0,20%	-12,24%	-2,38%	
CDS Brasil 5 anos (em pontos)	141,02	-7,71%	-5,38%	-34,41%	-15,25%	
Juros DI 30 dias (% a.a.)	14,91	0,03%	0,01%	21,03%	43,14%	
Juros DI 1 ano (% a.a.)	14,68	-0,28%	0,02%	-4,71%	31,08%	
Juros DI 5 anos (% a.a.)	13,27	-1,22%	0,94%	-14,89%	8,51%	
Índice Ibovespa (em pontos)	141.263,56	3,21%	1,73%	17,44%	12,42%	
IFNC (setor financeiro)	15.798,25	3,15%	1,20%	33,55%	28,73%	
INTERNACIONAL						
Fed Funds (% a.a.)	4,50	0,00%	0,00%	0,00%	-18,18%	
T-NOTE - 2 anos (% a.a.)	3,88	3,52%	4,32%	-8,53%	-17,55%	
T-NOTE - 10 anos (% a.a.)	4,35	1,61%	2,78%	-4,13%	-0,30%	
Dollar Index	96,99	-0,43%	0,11%	-10,31%	-7,75%	
Índice S&P 500 (em pontos)	6.279,35	2,25%	1,20%	6,30%	13,41%	
Índice de ações de bancos – EUA	123,01	5,94%	6,35%	2,42%	26,19%	
Índice Euro Stoxx 50	5.288,81	-0,69%	-0,27%	8,62%	6,04%	
Índice de ações de bancos - Zona do Euro	200,96	-0,28%	-0,01%	38,26%	40,31%	
Barril de Petróleo - tipo Brent (US\$)	68,30	0,78%	1,02%	-8,19%	-21,88%	

Fonte: Bloomberg.

### Diretoria de Economia, Regulação Prudencial e Riscos economia@febraban.org.br

Rubens Sardenberg Jayme Alves Luiz Fernando Castelli Daniel Casula João Vítor Siqueira